

OS GALICISMOS NO *TRATADO DA LÍNGUA VERNÁCULA (1874)* DE BRÍCIO CARDOSO

BARROS, Nívea da Silva
usuaria000@hotmail.com

SOUZA, Márcio Andrey Pereira
mapsmaps59@gmail.com

GALLY, Christianne de Menezes (Orientadora)
Graduada em Letras-Português, Mestra em Educação, Prof^a Adjunta III do curso de
Letras-Português da Universidade Tiradentes
christianne.gally@gmail.com

RESUMO:

Os galicismos foram alvo de ataques em várias discussões travadas pelos intelectuais no final do século XIX, pois alguns acreditavam que sua inserção significava um empobrecimento da língua vernácula. Outros, entretanto, acreditavam que a língua portuguesa seria enriquecida ainda mais se admitisse o seu uso. Ainda havia uma terceira posição, que abria concessões quanto ao uso de algumas palavras francesas, quando estas eram necessárias para expressar conceitos estritos da cultura francesa. Brício Cardoso fez parte dessa terceira via. Este trabalho, portanto, analisa, sob a ótica da Análise do Discurso francesa, a idéia veiculada em Sergipe sobre a entrada dos galicismos na língua portuguesa. Para isso, foi delimitado o corpus – capítulo dedicado a esse tema –, construído a partir da gramática *Tratado de Língua Vernácula* escrita por Brício Cardoso, professor do Atheneu Sergipense, e publicada pela primeira vez no Jornal de Sergipe, em 1874. Espera-se, assim, contribuir para a difusão das idéias lingüísticas em Sergipe no século XIX, objetivo do projeto "História das idéias lingüísticas em Sergipe", coordenado pela Profa. Msc. Christianne Gally.

Palavras-chave : Brício Cardoso, galicismos, Análise do Discurso

OS GALICISMOS NO *TRATADO DA LÍNGUA VERNÁCULA* (1874) DE BRÍCIO CARDOSO

A Língua Portuguesa é resultante da junção de várias línguas do mundo. No entanto, ao mesmo tempo em que esse é um aspecto característico da nossa língua, é também um aspecto que suscita questionamentos quanto aos limites que devem ser impostos e quanto às conseqüências das adoções estrangeiras para a legitimidade da língua brasileira.

Atualmente, no século XXI, diante do poder americano, que dita as regras no mundo globalizado, as discussões giram em torno do excesso de palavras inglesas que são inseridas constantemente em nossa língua. Entretanto, no século XIX, a preocupação era com a interferência da língua francesa, pois naquele momento a França é que era tida como referência de civilização para o mundo ocidental. Às inserções de palavras francesas na Língua Portuguesa dá-se o nome de *galicismos*.

Os galicismos geraram polêmica entre os intelectuais no final do século XIX. Alguns acreditavam que os galicismos enriqueciam a nossa língua, já que ela seria caracterizada por ser aberta a influências; outros defendiam que as inserções francesas significavam um empobrecimento da língua vernácula; mas havia ainda uma terceira posição, que trazia argumentos a favor do uso de palavras francesas de acordo com um critério: apenas quando estas fossem necessárias para expressar conceitos estritos da cultura francesa. Brício Cardoso, gramático sergipano do século XIX, adotou essa terceira posição. (cf. SANTOS, 2004)

Esse trabalho, portanto, analisa a contribuição sergipana, através da figura de Brício Cardoso, na discussão nacional sobre a entrada dos galicismos na Língua Portuguesa. Para isso, foi delimitado como corpus o capítulo dedicado aos galicismos (“*Dos galicismos*”) extraído da gramática escrita por Brício, intitulada *Tratado da Língua Vernácula* e publicada pela primeira

vez no *Jornal de Sergipe*, em 1874. Essa obra pode ser encontrada no *Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*, localizado na capital.

A análise é feita sob a perspectiva da Análise do Discurso pecheteana, de linha francesa, a fim de entender a problemática acerca dos galicismos dentro de suas condições de produção, ou seja, as condições próprias do cenário brasileiro no século XIX.

A discussão sobre os galicismos é de fundamental importância para a História das Idéias Lingüísticas na medida em que se relaciona com o processo de constituição da identidade brasileira. No Brasil, a problemática do purismo lingüístico surgiu num momento de luta pela independência da pátria. Ter uma língua nacional era essencial para se construir uma nação. Como grande defensor da vernaculidade que era, Brício Cardoso contribuiu significativamente nesse debate sobre os galicismos.

A escolha do tema foi feita em conjunto com a orientadora, que coordena o projeto “*História das Idéias Lingüísticas em Sergipe*”. Espera-se, portanto, contribuir para a difusão das idéias lingüísticas em Sergipe no século XIX.

O artigo está estruturado em quatro tópicos: o primeiro define a nossa linha de pesquisa, que é a da História das Idéias Lingüísticas; o segundo informa sobre o intelectual Brício Cardoso e sua obra em análise, o *Tratado da Língua Vernácula*; o terceiro discute acerca do conceito de vernaculidade defendido por Brício; o quarto e último tópico faz uma análise do *corpus* escolhido sob o ponto de vista da Análise do Discurso.

História das Idéias Lingüísticas

A História das Idéias Lingüísticas (HIL) é uma linha de pesquisa inaugurada por Eni Puccinelli Orlandi que tem como objetivo construir a história das idéias lingüísticas no Brasil, sob o ponto de vista da Análise do Discurso (AD) pecheteana e em parceria com Silvain Auroux, renomado pesquisador francês. A proposta é levar em conta a configuração da brasilidade (identidade nacional) em seus aspectos religioso, político jurídico, científico, cultural e lingüístico. (cf. ORLANDI, 2002).

Analisou-se, inicialmente, de maneira sistemática, a constituição da língua materna na relação com a produção das idéias lingüísticas, observando o equívoco, a memória discursiva, o arquivo, a polissemia, a paráfrase, etc. Mais tarde, usando as mesmas categorias da AD, Orlandi inseriu a discussão no âmbito da ética e da política. Propõe, então:

(...) dar elementos para que se possa pensar com conseqüência a gramática e o dicionário, a passagem da gramática para a lingüística, a diferença entre o método normativo e o científico, ou o expositivo e o histórico, a passagem para a descrição e a explicação, que são o próprio da lingüística, e a relação do conhecimento lingüístico com o ensino (ORLANDI, 2002, p.17).

História das Idéias Lingüísticas é diferente de historiografia, pois ela nos permite trabalhar com o desenvolvimento do pensamento sobre a linguagem mesmo antes da Ciência Lingüística definir-se no Brasil. Essa linha de pesquisa analisa a formação do imaginário acerca da constituição da Língua Nacional por meio de instrumentos lingüísticos, como gramáticas, dicionários, obras literárias, textos didáticos, textos religiosos, etc.

Para a História das Idéias Lingüísticas, são cruciais discussões a respeito da diferença entre o português do Brasil e o português de Portugal, estrangeirismos, relação entre escrita e oralidade, acontecimentos históricos que definiram os rumos da Língua (como a expulsão dos Jesuítas do Brasil e a proibição do Marquês de Pombal quanto ao uso da língua geral) e o sentido de língua materna no ensino.

No Brasil, os estudos sobre idéias lingüísticas aliam a *história da constituição da Língua Nacional* com a *história da produção de conhecimentos sobre essa língua*, que são coisas diferentes. A HIL articula as questões lingüísticas com o projeto de organização da Nação Brasileira. Pode-se, assim, refletir sobre como o poder de unificação do Estado se materializa pela língua. Na definição de Orlandi, a HIL visa “...conhecer a língua e o saber que se constrói sobre ela ao mesmo tempo em que pensamos a formação da sociedade e dos sujeitos que nela existem. Não menos importante, nessa perspectiva, é pensar a relação Língua/Estado/Nação e o cidadão que essa relação constitui.” (ORLANDI, 2002, p.9)

Dessa forma, o século XIX, no Brasil, é um período privilegiado pela História das Idéias Lingüísticas, porque esse é um momento decisivo para o processo descolonizador, o qual já vinha acontecendo e se concretiza nesse momento histórico. O século XIX é crucial na reivindicação por uma língua, uma literatura e instituições que assegurem a legitimidade da cidadania brasileira.

Brício Cardoso e o *Tratado da Língua Vernácula*

Brício Cardoso (1844-1924) nasceu na cidade de Estância e transformou-se numa das maiores personalidades sergipanas nas áreas de educação, jornalismo e política. Era filho de Joaquim Maurício Cardoso e Joanna Baptista de Azevedo Cardoso e pai de Maurício Graccho Cardoso, outra grande personalidade sergipana. Pertencia a uma família ligada à religião, à política e à educação.

Brício foi professor, diretor de escola, deputado, jornalista e membro da Academia Sergipana de Letras e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe. Como professor, seu cargo

mais ilustre foi o de catedrático do Atheneu Sergipense, na área de Língua Portuguesa. Foi também diretor das Escolas Normais, de ambos os sexos. Como jornalista foi redator de vários jornais – *O Republicano, Jornal do Aracaju, Gazeta de Aracaju, A Notícia, O Estado de Sergipe*. Geralmente eram publicações pedagógicas e políticas, mas também algumas produções literárias (peças de teatro, romances e poemas).

No entanto, dentre tantas áreas de atuação, a área à qual Brício mais se dedicou certamente foi a Educação, mais especificamente as Letras. A Gramática foi a disciplina priorizada por ele, que a considerava como base de acesso aos demais conhecimentos. Grande parte de suas idéias lingüísticas encontram-se reunidas no *Tratado da Língua Vernácula*, sua única obra do gênero.

O *Tratado da Língua Vernácula* foi construído a partir de uma coletânea de apostilas (as *Apostillas de Grammatica*) que Brício publicou no Jornal do Aracaju, no período de 22 de outubro de 1873 a 14 de Abril de 1874. Essas publicações davam notoriedade ao autor e *status* intelectual para viabilizar sua admissão no Atheneu Sergipense. No final do século XIX, publicar artigos nos jornais era uma das formas de tornar-se reconhecido intelectualmente. (cf. GALLY, 2004).

A gramática de Brício teve o nome provisório de “Gramática Nacional” e só foi finalizada em 1875. Ela foi editada somente oito anos após a morte de seu autor. A iniciativa partiu de seu filho, Maurício Graccho Cardoso, que convidou João Ribeiro e Laudelino Freire, ex-alunos de Brício e já reconhecidos nacionalmente como gramáticos, para criarem o prefácio da obra.

O *Tratado* segue a linha da Gramática Filosófica de Jerônimo Soares Barbosa e seu conteúdo foi escolhido de forma a seguir o programa do Colégio Dom Pedro II, referência em

educação no Brasil, mostrando assim que Brício seguia os padrões nacionais de qualidade no ensino de língua portuguesa.

Os principais aspectos da obra são a *defesa da língua nacional* e a *união de ciência e fé* para explicar a origem da linguagem (esses aspectos são tratados nos prolegômenos). Brício defendia a existência de duas vernaculidades na língua Portuguesa, a americana e a européia, ou seja, um português do Brasil e um português de Portugal. O outro aspecto marcante em sua gramática é a questão da linguagem vista por uma ótica espiritual. Para Brício Cardoso a linguagem era uma dádiva de Deus, a expressão da inteligência dada a nós humanos pelo criador do universo.

A Língua que Brício defendia

Desde o período colonial, no Brasil, já havia a aspiração de se usar um português castiço. No entanto, é a partir da Independência do Brasil e do advento do movimento romântico (o qual pregava a valorização dos elementos formadores da cultura nacional) que a discussão sobre a língua portuguesa ganhou grandes proporções entre os intelectuais brasileiros do século XIX.

Ao longo do século XIX e no início do século XX, tornaram-se públicas muitas discussões geradas a partir da luta por uma língua nacional que configurasse a identidade da nova nação brasileira. As discussões envolviam os *puristas* e os *nacionalistas*. Os puristas defendiam que o modelo de língua a ser adotado no Brasil devia ser o português europeu dos grandes escritores clássicos portugueses. Os nacionalistas, por sua vez, acreditavam que o modelo a ser

seguido devia ser o falar brasileiro com seus brasileirismos, ou seja, com suas características próprias no léxico, na morfologia e na sintaxe.

O conceito de *vernaculidade* é a base do purismo lingüístico, embora seja um conceito sem fundamentação científica, apenas baseado em estudos gramaticais. Os vernaculistas argumentavam a favor do uso dos modelos clássicos portugueses para falar e escrever bem em língua portuguesa, apesar de reconhecerem as idiosincrasias da língua falada no Brasil.

Assim, a grande questão a ser analisada é: como os gramáticos puristas desenvolviam seus argumentos em defesa de uma língua nacional baseada nos padrões clássicos portugueses ao mesmo tempo em que reconheciam as peculiaridades da língua brasileira?

Essa questão da vernaculidade é um aspecto fundamental da obra do purista sergipano Brício Cardoso. Para ele, a vernaculidade significava identidade, por isso diz que ela é “o colorido e o brilho da índole, da gente e da localidade, derramado na expressão”.

A língua portuguesa era vista como a mais rica das línguas. Aliás, Brício acreditava que ela era tão rica por agregar em si o que há de melhor nas outras línguas. Segundo ele, “De todas as outras línguas (...), possui ela o melhor: a pronúncia da latina, a origem da grega, a familiaridade da castelhana, a brandura da francesa, a elegância da italiana, a santidade da hebraica pela honestidade e compostura dos vocábulos”. (BRÍCIO apud GALLY, 2004)

Para Brício, a vernaculidade não estava na correção gramatical e sim no jeito particular como o brasileiro usava o seu idioma. Mesmo assim, o modelo de língua nacional que ele defendia, a ser seguido por todos, era o modelo usado na corte e não a língua do povo brasileiro defendida pelos românticos. Dessa forma, o uso do português padrão era também um critério para a definição do status intelectual do cidadão.

O modelo de língua adotado na corte portuguesa, e que deveria ser padrão também no Brasil, era o português dos escritores clássicos. Brício acreditava que a vernaculidade podia ser

construída por meio do estudo constante e profundo dos clássicos portugueses, como Jacintho Freire, João de Barros, Padre Vieira, etc, mas também alguns clássicos brasileiros, como José de Alencar, Machado de Assis e Gonçalves Dias, entre outros.

Em sua posição de purista, Brício Cardoso reconhecia a existência de duas realidades lingüísticas distintas, o português do Brasil e o português de Portugal, mas para ele a vernaculidade brasileira era a mais bela. O português falado no Brasil era considerado mais melodioso do que o português falado em Portugal. No entanto, sua defesa acerca da brasilidade linguística abrangia apenas a pronúncia e o léxico, ou seja, o uso de alguns neologismos para expressar o contexto brasileiro. Quanto à gramática (a estrutura da língua), deviam ser rigorosamente seguidas as normas gramaticais vigentes em Portugal. Essa era a posição de Brício Cardoso diante do debate nacional sobre qual língua legitimar e transmitir nas escolas.

Os galicismos no *Tratado da Língua Vernácula*

A fim de estabelecer pressupostos para a compreensão dos estudos gramaticais, Brício Cardoso escreveu nos “prolegômenos” de sua gramática sobre assuntos como a importância, a origem e a evolução da gramática e a origem da língua portuguesa. Mas, um dos assuntos mais importantes em sua introdução é o problema da vernaculidade da língua, uma discussão comum entre os intelectuais da época. Dentro dessa temática, o *Tratado* traz um capítulo dedicado aos galicismos, intitulado “*Dos gallicismos*”.

No capítulo, Brício expressa a sua posição acerca das inserções francesas em nossa língua. Ele começa definindo o termo *galicismo*: “Chama-se galicismo o ensartamento de palavras e phrases francezas no discurso portuguez”. Em seguida distingue dois tipos de

galicismo: os “gallicismos lexicologicos” e os “gallicismos phraseologicos”. (CARDOSO, 1944, p.43). Os primeiros são em forma de palavras e os segundos são em forma de expressões.

Em seguida, o autor começa sua reflexão sobre os galicismos, considerando os prós e os contras, e então declara sua posição: ele não é totalmente contra os galicismos e os apóia quando estes são necessários para expressar conceitos da cultura francesa não traduzíveis em língua portuguesa. Ao longo do capítulo, Brício faz uma exaltada defesa da vernaculidade, ressaltando as qualidades superiores da língua portuguesa, questionando o prestígio da língua francesa e fazendo comentários que reforçam a sua posição sobre o tema.

“*Dos gallicismos*” sob o ponto de vista da Análise do Discurso

O idioma português no Brasil é um assunto que ultrapassa os domínios exclusivamente lingüísticos, pois comporta outros aspectos, sociais, econômicos e políticos. As idéias contidas nos discursos sobre a língua do Brasil devem ser tratadas dentro de suas condições históricas de produção, ou seja, considerando suas características como língua de uma nação que já foi colônia e focando na forma como essa língua participou no processo de construção da nacionalidade. Segundo Mussalim, “O contexto histórico-social (...) constitui parte do sentido do discurso e não apenas um apêndice que pode ou não ser considerado. Para a AD, os sentidos são historicamente construídos”. (MUSSALIM, 2005, p.123)

Essa luta pela afirmação da nacionalidade brasileira ganhou força a partir da Independência do Brasil e num momento em que a França se sobressaía como nação-modelo, devido ao prestígio alcançado pela cultura francesa na política, nas ciências e nas artes, através de movimentos como o Iluminismo, a Enciclopédia, a Revolução Francesa e o Romantismo. Vem à

tona, assim, o desejo de livrar-se das amarras dos padrões clássicos portugueses. Nas palavras de Barbosa Lima Sobrinho,

A Independência interrompeu essa imitação servil, deixando de lado Portugal, para ir buscar diretamente, na própria França, as tendências que já deslumbravam os escritores lusos. O romantismo surgiu, no Brasil, como a declaração de nossa independência literária, não somente abandonando os modelos lusos pelos franceses, como também procurando temas que se revelassem menos favoráveis à causa portuguesa. O que era, ainda nesse aspecto, uma demonstração da influência francesa. (LIMA SOBRINHO, 2000, p.137-138)

Dentro desse cenário, a língua francesa passou a exercer grande influência sob a língua portuguesa. A proliferação dos galicismos gerou uma grande polêmica, de proporção nacional, entre os intelectuais do século XIX. É no seio dessa polêmica que o nosso autor em questão formulou a sua posição a respeito do uso de palavras e expressões francesas em nossa língua.

A discussão em torno dos galicismos dividiu os intelectuais em três grupos de opinião: aqueles que apoiavam abertamente os galicismos, aqueles que os repudiavam veementemente e ainda aqueles que toleravam-nos com algumas restrições. Ou seja, haviam duas posições extremistas - uma de repúdio total e uma de aceitação aberta – e a posição chamada de *meio-termo* ou *semi-ortodoxa*.

No entanto, havia dois pontos em comum entre as três posições: o reconhecimento da existência de uma variante brasileira oral da língua portuguesa (apenas na fala, portanto) e o culto aos padrões clássicos portugueses de correção gramatical (sintaxe). Mesmo aqueles que defendiam os brasileirismos e os galicismos recomendavam conservar a gramática. As inovações eram bem-vindas apenas no léxico e na pronúncia. Brício comentou sobre esse critério em sua gramática:

(...) o galicismo phraseológico, ou adopção da construção franceza, vem ferir a arca santa da grammatica (sua syntaxe), a qual constitui o que se chama de **genio da lingua**, e que por isso mesmo deve manter-se, senão inalterada, ao menos o mais livre que se possa de ousadias e adulterações... (CARDOSO, 1944, p.43)

O que sobretudo merece o meu anathema¹ é o attentado ás regras de nossa syntaxe, quer de regencia, que de concordancia, quer de construcção. (idem, p.44)

Pelo que diz respeito á syntaxe e á construcção, sejam intolerantes, armas em riste. (idem, p.45)

O escritor romântico Junqueira Freire foi o principal representante da linha que apoiava os galicismos. Ele acreditava que colocar-se contra os galicismos era uma atitude arcaica, pois estes eram elementos fundamentais para o progresso natural da língua. Já quanto aos *puristas* extremados, dois dos principais nomes são João Francisco Lisboa e Pinheiro Chagas, os quais defendiam ortodoxamente a superioridade da língua portuguesa e não admitiam nem os brasileirismos, por serem de influência indígena e africana, raças consideradas culturalmente inferiores, e nem os galicismos, porque seriam responsáveis por enfraquecer a identidade da língua portuguesa. (cf. SOBRINHO, 2000)

Por sua vez, os *conciliadores* eram mais ponderados, pois consideravam os prós e os contras de adotar os galicismos em nosso idioma. Eles também eram puristas, mas toleravam o uso dos galicismos quando estes eram necessários para expressar conceitos da cultura francesa. Dois dos principais nomes dessa linha são Macedo Soares e Gonçalves Dias.

Brício constituiu-se como sujeito, na discussão nacional acerca dos galicismos, assumindo esse posicionamento de conciliação. De acordo com a AD, o sujeito é sempre representado numa posição social e, portanto, como representante de uma ideologia, já que a ideologia é a mediadora das relações sociais. Brício Cardoso, portanto, enquanto sujeito em sua posição de intelectual com formação humanística e estudioso da língua portuguesa, assumiu a posição ideológica dos conciliadores.

¹ Anathema = repúdio, reprovação.

Podemos constatar essa atitude conciliadora no texto de Brício antes mesmo de qualquer afirmação mais explícita, através dos seus argumentos estruturados em enunciados iniciados por condicionais SE, nos quais ele considera todas as possibilidades:

Se considerarmos que, como diz o Sr. Visconde de Castilho, com o rodear dos annos os idiomas se methamorphoseiam, se encorpam e acompanham por seus passos contados a civilização; se considerarmos que todos os idiomas tendem á unificação da linguagem, devemos considerar o gallicismo e todo e qualquer peregrinismo como meio natural para a língua crescer e aperfeiçoar-se. (CARDOSO, 1944, p. 43).

Se considerarmos, porém, que o gallicismo lexicologico concorre para perturbar a pureza da elocução e transformar a clareza dos pensamentos... (idem)

Se considerarmos que o gallicismo phraseologico, ou adopção da construcção framceza, vem ferir a arca santa da grammatica (sua syntaxe), a qual constitui o que se chama de **genio da lingua**, e que por isso mesmo deve manter-se, senão inalterada, ao menos o mais livre que se possa de ousadias e adulterações... (idem)

No último trecho citado acima, podemos perceber também indícios da ideologia assumida por Brício, purista e perpetuadora dos padrões clássicos portugueses de correção gramatical, a qual pode também ser depreendida em outros trechos, como nos citados abaixo:

Como se vê, há dois modos de delaidar² a dicção portugueza, gallicizando... (CARDOSO, 1944, p.43)

Se considerarmos, porém, que o gallicismo lexicologico concorre para perturbar a pureza da elocução e transformar a clareza dos pensamentos... (idem)

A linguagem que nós falamos é uma herança que devemos passar aos nossos descendentes, **pura e bela**, como a recebemos de nossos ascendentes. (idem, p. 44).

(...) o que eu aconselho é que se rebusquem as nossas palavras velhas, as desoxydem, limpem e brunam³. (idem, p.45).

Mais adiante ele fala sobre a sua posição e continua a reforçá-la ao longo do texto:

Não somos retrogrados, não negamos o progresso nem a perfectibilidade humana, admitimos o uso do gallicismo por suprema necessidade, por necessidade imprescindivel; nunca, porém, consentiremos que os vandalos literarios despojem a nossa harmoniosa lingua de suas formosas construcções, de suas

² Delaidar = desfigurar, corromper.

³ Brunir = polir.

riquezas castiças, e reduzam o nosso vocabulário, tão copioso, a uma nomenclatura gallo-brasilica, a um glossário mazorral⁴. (CARDOSO, 1944, p.44).

(...) aceito, quero que se aceitem, para representar as coisas e as idéas novas, os nomes que foram dados a essas coisas, e a essas idéas pelas sciencias e pelas artes nos paizes onde foram creadas. (idem, p.45)

O desconhecido estrangeiro seja chamado em nossa patria como o appellidam na sua, seja na Allemanha ou Italia, a Oceania ou o Japão, a terra onde esse desconhecido viu a luz. (idem)

*O que eu não quero, o que eu não admito, o que eu condemno e reprovo é que, por capricho ou luxo, introduzam na nossa lingua palavras de outras linguas das quaes não precisamos.*⁵ (idem) (grifo nosso)

Brício era um defensor da vernaculidade. A defesa que ele faz da língua portuguesa contribui para afirmar sua posição sobre os galicismos e estava relacionada ao sentimento de pátria:

(1) “E’ dever patriotico excavar trincheiras para impedir o assalto do inimigo.”

(2) “(...) devemos oppor-nos á sua invasão, que é assoladora, como se fosse de barbaros.”

(3) “A nossa phrase nacional é da mais rica contrucção: o nosso periodo vernaculo, como diz o Sr. Visconde de Castilho, sobreleva em donaire, em effeitos de composição, em variedade de córtes, em meneio e musica, em razão lógica, em prestigios rhetoricos e poeticos, e talvez em clareza, ao engoiado⁶ periodo francez.”

(4) “Seja bordalengo⁷ quem quizer: não o seremos jamais.”

(5) “Cada uma é ambula⁸ de vernaculo: saíram dos labios de nossos avós.”

(6) “Que genero de bellezas, que opulencias nos pode dar a velha lingua de Voltaire, tão tenaz na conservação de sua monotona e invariavel collocação de agente, verbo e complemento?”⁹

(7) “Não tenhamos inveja a nenhuma outra nação...” (idem).

No terceiro trecho citado acima, o autor cita o *Visconde de Castilho*, que se trata do escritor português *António Feliciano de Castilho*, grande nome do romantismo em Portugal. Essa

⁴ Mazorral = grosseiro

⁵ Aqui o autor usa a gradação para enfatizar sua desaprovação.

⁶ engoiado: no sentido de “com poucos recursos”.

⁷ bordalengo = ignorante, estúpido

⁸ ambula: vaso pequeno de uso religioso

⁹ Aqui o autor questiona sobre o que teria a nos oferecer de melhor a língua francesa.

relação de intertextualidade com as idéias do escritor romântico demonstra o vínculo de Brício com os ideais nacionalistas do movimento romântico.

No quinto trecho citado acima, o autor usa a palavra *ambula*, que tem sentido religioso, relacionado à língua vernácula, deixando, assim, indícios de sua ligação com a Teologia e de sua visão espiritualista da linguagem. Nesse sentido temos também, em outro trecho, a palavra *anathema* (“*O que sobretudo merece o meu anathema...*”), que pode significar excomunhão, ou seja, o repúdio da igreja.

Em meio à defesa da língua nacional e às restrições com relação ao uso desnecessário dos galicismos, encontramos um detalhe curioso no texto: justamente um galicismo, perfeitamente substituível por uma palavra em língua portuguesa. O termo francês em questão é a palavra *donaire*, no trecho “o nosso período vernaculo (...) sobreleva em *donaire...*”. Esse vocábulo francês significa “elegância”, “graça”, e é usado no texto para valorizar a língua portuguesa em comparação com a francesa. Talvez essa seja a prova de que certas tendências das línguas não podem ser evitadas.

Com relação a essas tendências naturais da língua, podemos ainda encontrar no discurso de Brício relações com os discursos de outros intelectuais do século XIX. Um dos pontos diz respeito à relação entre língua e civilização, questão levantada por Gonçalves de Magalhães. De acordo com essa linha de pensamento, o desenvolvimento da língua acompanha o processo de desenvolvimento civilizatório da nação. Encontramos essa idéia no texto de Brício: “Se considerarmos que (...) com o rodear dos annos os idiomas se methamorphoseiam, se encorpam e acompanham por seus passos contados a civilização...” (CARDOSO, 1944, p. 44).

O outro ponto é a idéia acerca da evolução espontânea dos idiomas, como a que aconteceu na formação das línguas neolatinas, derivadas do latim. José de Alencar acreditava que

a língua portuguesa estava passando por um processo de mutação profunda e que seu destino era diferenciar-se totalmente da língua de Portugal, deixando para trás o dualismo de sua composição e tornando-se uma língua forte e única. Brício também compartilhava dessa opinião: “(...) eu que sonho com a transfusão das línguas e almejo a unificação da linguagem...”; “(...) não tenhamos medo de que a fusão das línguas deixe de realizar-se.”; ou ainda “Esse trabalho é lento, é para séculos, e não pertence ao sábio fazê-lo à sua vontade nos seus silenciosos gabinetes de estudo.” (idem). Contraditoriamente, nessa última citação, a parte que diz “*não pertence ao sábio fazê-lo à sua vontade nos seus silenciosos gabinetes de estudo*” remete ao discurso de Pinheiro Chagas, purista radical e crítico de Alencar. Ele acreditava que a língua muda naturalmente e não por intervenção dos intelectuais da linguagem, dirigindo-se, assim, principalmente aos literatos.

Considerações finais

Em Sergipe, no século XIX, as discussões sobre a vernaculidade da língua também eram comuns. Não somente um João Ribeiro ou um Laudelino Freire se preocuparam com essa questão, mas também o seu professor do ensino primário superior, Brício Cardoso, que escreveu o *Tratado da Língua Vernácula* expondo suas preocupações, suas teorias, seus conceitos e suas aulas sobre gramática da Língua Portuguesa.

Nessa época a vernaculidade surge como questão central: estabelecer uma identidade lingüística era fundamental na construção da nacionalidade brasileira. Diante da proliferação dos galicismos, portanto, surgiu uma polêmica que dividiu opiniões e gerou três correntes de pensamento: os *puristas*, os *nacionalistas* e os *conciliadores*.

Essa discussão punha em foco vários aspectos que se referiam, ora ao uso da língua oral, ora ao da língua escrita. No entanto, entre as várias opiniões havia pontos em comum: o reconhecimento da diferenciação da fala brasileira em relação à de Portugal e o culto aos padrões clássicos portugueses de correção gramatical na escrita. A independência lingüística em relação à Portugal era reconhecida apenas no léxico e na pronúncia.

Brício Cardoso, em sua gramática, faz uma defesa apaixonada da língua portuguesa, mas assume a posição de conciliador no que diz respeito aos galicismos: usá-los apenas quando realmente necessários, apenas quando insubstituíveis por palavras portuguesas.

As idéias de Brício acerca dos galicismos só puderam ser plenamente compreendidas quando analisadas dentro do contexto social, político e intelectual em que surgiram. Isso mostra que as idéias lingüísticas envolvem muito mais do que aspectos estritamente lingüísticos, envolvem principalmente as condições de produção dessas idéias.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, Helena Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 2. ed. São Paulo: UNICAMP, 2004

CARDOSO, Brício. **Tratado da língua vernácula**. Rio de Janeiro: Valverde, 1944.

FREIRE, Laudelino. **Grande e novíssimo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: A Noite S.A, 1939.

GALLY, Christianne de Menezes. **Brício Cardoso no cenário das humanidades do Atheneu Sergipense (1870-1874)**. São Cristovão, SE, 2004. 196 p. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Sergipe.

MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Org.) **Introdução à lingüística: domínios e fronteiras**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 2

ORLANDI, Eni Puccinelli. **História das idéias lingüísticas: construção do saber metalingüístico e constituição da língua nacional**. Campinas: Pontes, 2002.

PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil: textos críticos e teóricos**. São Paulo: Edusp, 1978.

SANTOS, Daniela Maria. **Sejamos imperialistas! Aspectos da guerra aos galicismos no Brasil do século XIX**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). Letras. Universidade Tiradentes, 2005.

SOBRINHO, Barbosa Lima. **A língua portuguesa e a unidade do Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.